

Palavras não existem
Fora da nossa voz
Palavras não assistem
Palavras somos nós

É com estes versos de Gastão Cruz que inicio o meu escrito final sobre a formação científica dos psicólogos em Portugal. E porque, de facto, de palavras se trata (que andamos nós humanos a fazer uns aos outros se não a apalavrar tudo), resolvi desta vez tomar as coisas mais pragmáticas elaborando um receituário composto de vários *recados*, que traduz o meu pensar sobre o modo como se deve orientar a formação científica dos psicólogos em Portugal. A ordem é arbitrária sendo que todos os *recados* são necessários embora cada pessoa tenha o direito de lhes atribuir uma ponderação pessoal.

1 - Para se começar a gostar (ou não) da psicologia convém frequentar a disciplina de Psicologia constante do Ensino Secundário.
2 - Chegados ao Ensino Universitário os alunos devem deparar com planos curriculares que lhes possibilitem uma sólida formação geral, tão exaustiva quanto possível, dos domínios que a Psicologia abarca.

3 - Entre os planos curriculares das três Faculdades e do ISPA deve haver uma uniformização tal que possibilite a um qualquer aluno uma transição sem problemas, de um para outro curso, se por qualquer motivo fôr esse o seu desejo.

4 - As Faculdades deverão promover, posteriormente à licenciatura, cursos de pós-graduação e/ou mestrados em domínios específicos com o objectivo de especialização daqueles que o desejam por força das suas próprias necessidades científico-profissionais ou de valorização pessoal.

5 - Devem igualmente as instituições universitárias em causa procurar rentabilizar-se a si próprias e aos seus docentes promovendo o intercâmbio destes, em ordem a que possam ministrar, ainda que sob uma forma condensada, as matérias em que são especialistas nos outros estabelecimentos de ensino da Psicologia. É que "livros fechados não fazem letrados".

6 - Devem igualmente as Faculdades incentivar o bom relacionamento institucional e científico com as Associações de Psicologia existentes para um mútuo e frutuoso entendimento, nomeadamente no apoio a realizações científicas de reconhecido interesse e valor que estas promovam. O inverso também é válido e necessário.

7 - Devem os psicólogos, em formação ou recém-formados, fomentar em si o gosto pela participação em actividades académicas ou extra-académicas, filiando-se por isso na(s) Associação(ões) que melhor julgarem servir os seus interesses.

8 - É igualmente dever dos psicólogos procurarem estar presentes nos congressos, encontros, simposios, seminários, workshops, etc. que, independentemente da entidade promotora, sejam de reconhecido interesse para o seu enriquecimento científico e pessoal (tanto mais se o programa social for aliciante).

9 - Também é imperioso que leiam e assinem revistas portuguesas da psicologia (as estrangeiras consultem nas bibliotecas universitárias), nomeadamente aquelas que assegurem uma periodicidade regular e cujos conteúdos informativo e científico sejam relevantes para o seu contínuo aperfeiçoamento.

10 - Finalmente, devem os psicólogos portugueses acreditar em si próprios e no seu valor científico e profissional, porque nada até agora provou que sejam inferiores aos formados noutros países. Resulta também que nada provou que sejam superiores.

É posto que os *recados* estão dados, podemos voltar de novo aos versos de Gastão Cruz. Se calhar, ainda são o melhor *recado* deste Editorial.

Rui Abrunhosa Gonçalves

DEPÓSITO LEGAL Nº 15561/87
DIRECTOR: Rui Abrunhosa Gonçalves
DIRECTORES ASSOCIADOS: Óscar Gonçalves e Miguel Cameira.
REDACÇÃO: Conceição Nogueira, Edgar Pereira, João Guedes Barbosa, Jorge Negreiros, José F. Cruz, Manuel Geada, Maria do Céu Taveira, Natália Ramos, Paulo Machado, Pedro Barbas Albuquerque, Pedro Pinho, Telmo Baptista e Teresa Freire.

SECRETARIADO: Maria Amélia Santos.

COLABORADORES: Leandro Almeida (Porto); Aires Gameiro (Lisboa); Albano Estrela (Lisboa) Amaral Dias (Coimbra); Anna Bonboir (Louvain - Bélgica); Bárto Campos (Porto); Bartha Lajos (Budapest - Hungria); Bracinha Vieira (Lisboa); Brigitte Cardoso e Cunha (Porto); António Simões e Aura Montenegro (Coimbra); G.R. Skanes (Newfoundland - Canadá); Georges Meuris (Louvain - Bélgica); Gerardo Marin (San Francisco - EUA); Gunnar Kylén (Estocolmo - Suécia); Hakan Brokstedt (Estocolmo - Suécia); Harlan Hansen (Minnesota - EUA); Isolina Borges e J. Bairrão Ruivo (Porto); Klaus Helkama (Helsínquia - Finlândia); Leonard Goodstein (Washington, D.C. - EUA); Lois Thies Sprinthall (North Carolina - EUA); Luís Alberto Guerreiro (New Jersey - EUA); Maria de São Luís Castro (Porto); E. Mullet (Paris - França); Maurice Reuchlin (Paris - França); Nicolau Raposo (Coimbra); Norman Sprinthall (North Carolina - EUA); Patrícia Fontes (Irlanda); Peter Merenda (Rhode Island - EUA);

SUBSIDIADO POR: Fundação Eng.º António de Almeida; Governo Civil do Porto; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica; Câmara Municipal do Porto.

ASSINATURA ANUAL: Portugal - PESSOAL: 1000\$00; Instituições: 2000\$00; Países de expressão portuguesa (Brasil e África) - U.S. \$10; U.S. - \$14; Europa - U.S. \$13; U.S. - \$16; Outros Países - U.S. \$16 - U.S. \$21; Preço avulso: 250\$00; Números atrasados: 200\$00.

FOTOCOMPOSTO E IMPRESSO: Tipografia NUNES Lda., Rua D. João IV, 590 - 4000 Porto.

PROPRIETÁRIO: Grupo de Estudos e Reflexão em Psicologia, R. das Taipas, 76 - 4000 Porto

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE: JORNAL DE PSICOLOGIA, Rua das Taipas, 76 - 4000 Porto

DISTRIBUIDORA: CDL - Av. Santos Dumont, 57-2º - 1000 Lisboa. Tel. 769744; Rua Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 693908; Rua Rosa Falcão, 9 - 3000 Coimbra. Tel. 29455.

TIRAGEM: 3000 exemplares.

LIVROS E PUBLICAÇÕES: Faremos referência a livros e outras publicações de que nos sejam enviados exemplares.

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.

Nous souhaitons établir échange avec d'autres publications.

We wish to establish exchange with other publications.

INDEXADO EM: Psychological Abstracts; Ulrich's Directory.

SUBSCRIPTION RATES:

	Brasil/África	Europe	All others
Individual	US \$10	US \$13	US \$16
Institutions	US \$14	US \$16	US \$21

BACK ISSUES AND BACK VOLUMES: Write to: Jornal de Psicologia, R. das Taipas, 76 - 4000 Porto, Portugal

O JORNAL DE PSICOLOGIA é uma publicação destinada à divulgação e discussão de temas e assuntos nos diferentes domínios da Psicologia e ciências afins. O seu principal objectivo consiste em encorajar e facilitar o desenvolvimento da Psicologia em Portugal, contribuindo assim para o seu avanço como ciência, como profissão e como um meio de promover o bem estar humano.

O conteúdo do JORNAL DE PSICOLOGIA abrange diferentes áreas e domínios. Para além de artigos e estudos de carácter teórico, revisões de literatura, documentos e artigos de discussão de práticas inovadoras, regularmente aparecem secções especiais. Uma secção de "Opinião" é dedicada à discussão de aspectos actuais relacionados com a prática da Psicologia, críticas, réplicas ou pequenos artigos apresentando ideias e/ou perspectivas de carácter inovador. Além disso, a secção "Entrevista com ..." visa apresentar as ideias, o trabalho e o contributo, para o desenvolvimento da Psicologia, de especialistas nacionais e estrangeiros. Secções especiais são também dedicadas a revisões e comentários a livros e outras publicações, bem como a informações de carácter geral e a notícias sobre reuniões científicas nacionais e internacionais.

TEORIA DA DECISÃO E PROJECTOS ESCOLARES

ETIENNE MULLET(*)

UNIVERSIDADE DE LILLE

FÉLIX NETO(**) TERESA FREIRE (***)

UNIVERSIDADE DO PORTO



Os autores apresentam um modelo formal de decisão, o modelo da Utilidade Esperada (U.E.) que ilustram com algumas situações da vida quotidiana ou profissional em que é necessário tomar algumas decisões. Analisam pormenorizadamente a situação de decisão de orientação no 9º ano de escolaridade. São definidos os conceitos utilizados no referido modelo: opção, estado da natureza, probabilidade e julgamento de probabilidade, utilidade e julgamento de utilidade, mostrando-se como estes conceitos se relacionam entre si e de que forma os conceitos de utilidade e probabilidade permitem introduzir o conceito de utilidade esperada. A apresentação do modelo é feita através de um esquema, aplicando-o concretamente à análise da decisão de orientação. A noção de julgamento, que engloba o julgamento de probabilidade e o julgamento de utilidade, é examinada em particular. A este propósito salientam-se os papéis do conselheiro de orientação e dos professores, responsáveis pelo julgamento de probabilidade, e dos alunos, responsáveis pelo julgamento de utilidade, na tomada de decisão de orientação, bem como a forma de proceder à integração destes vários tipos de informação.

Os autores apresentam ainda uma proposta de classificação das técnicas próprias da prática do conselheiro de orientação. Por último referem a evolução no tempo dessas práticas e a inserção do modelo da U. E. nessa evolução.

INTRODUÇÃO

Propomo-nos apresentar um modelo formal de decisão: o modelo da utilidade esperada e mostrar de que forma este modelo permite a análise de uma situação de orientação clássica, a saber: a escolha de uma via de estudos depois do 9º ano de escolaridade. O texto apresenta parentescos evidentes com um texto de Maurice Reuchlin (1973), *Probabilidades e Orientação*, donde se inspirou directamente.

Apresentaremos em primeiro lugar algumas situações da vida quotidiana ou profissional em que é necessário tomar uma decisão. De seguida, apresentaremos o modelo da utilidade esperada (Bernouilli, 1738) apoiando-nos nos exemplos citados. Analisaremos pormenorizadamente a situação de decisão de orientação no 9º ano de escolaridade, e serão colocadas questões acerca dos problemas postos pela estimação das possibilidades de sucesso (problemas do prognóstico) e a expressão do aluno acerca das suas preferências. Uma classificação das técnicas, será igualmente proposta.

(*) Professor Catedrático da Universidade de Lille. Investigador do I.N.E.T.O.P. (Paris).

(**) Professor Associado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Responsável pelo Centro de Psicologia Social.

(***) Assistente Estagiária da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Membro do Centro de Psicologia Social.

A correspondência para este artigo deve ser enviada para: Félix Neto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Rua das Taipas, 76 - 4000 PORTO.

TRÊS EXEMPLOS CONCRETOS DE SITUAÇÕES NAS QUAIS É PRECISO TOMAR UMA DECISÃO

Exemplo nº 1

Esta manhã o senhor Lopes encontra-se indeciso pois tem que decidir se irá ou não precaver-se com o seu guarda-chuva. O tempo desagradável e a temperatura baixa levam-no a pensar que não estará bom tempo ao longo do dia, embora a bruma matinal possa ser um sinal do contrário. Levar o guarda-chuva sem ter chovido é desagradável. Não o levar e chover também o é.

Exemplo nº 2

Um médico do hospital está incerto quanto a decidir se o seu paciente deve receber um tratamento químico ou se deve ser operado. O paciente sofre de um tumor que pode ser benigno ou maligno. Existem radiografias que permitem fazer uma ideia do carácter benigno ou maligno do tumor, bem como resultados de testes de laboratório. Radiografias e testes não permitem fazer um diagnóstico com uma certeza absoluta. Operar o doente sendo o tumor benigno apresenta inconvenientes devido aos riscos associados à operação. Tratar quimicamente o doente sendo o tumor maligno apresenta riscos ainda maiores.

Exemplo nº 3

Margarida, aluna do 9º ano de escolaridade está incerta, entre seguir a via técnico-profissional ou a via vocacional. O seu sucesso medíocre em português e matemática leva-a a pensar que seria melhor entrar na via profissional. Mas seguir a via técnico-profissional podendo ter sucesso na via vocacional é uma situação lamentável.

O MODELO DA UTILIDADE ESPERADA - CONCEITOS UTILIZADOS

O modelo da Utilidade Esperada utiliza um certo número de conceitos que vamos agora definir apoiando-nos nos exemplos citados.

O primeiro conceito é o de *opção*. Uma opção é uma acção na qual é possível implicarmo-nos. Levar o guarda-chuva, não levar o guarda-chuva, prescrever antibióticos, e escolher a via vocacional, constituem opções.

Um segundo conceito é o de *estado da natureza*. O exemplo nº1 permite ilustrar este conceito; a natureza pode ter aí dois estados: chove, não chove. Deverá entender-se por estado da natureza os acontecimentos que podem aparecer inesperadamente. Ter um tumor benigno, ter um tumor maligno, reprovar, ter sucesso... são, no quadro deste modelo, estados da natureza.

Os conceitos de opção e de estado da natureza permitem introduzir o conceito de *saída*; as saídas resultam das combinações entre opções e estados da natureza. Existem no primeiro exemplo quatro combinações: levar o guarda-chuva e chover, levar o guarda-chuva e não chover, não levar o guarda-chuva e chover, não levar o guarda-chuva e não chover. As quatro saídas associadas a essas combinações são: ficar correctamente abrigado da chuva, levar o guarda-chuva para nada, ficar molhado até aos ossos (e achar-se um imbecil), circular de mãos livres.

O conceito de *probabilidade* está ligado ao conceito de estado da natureza. No exemplo do guarda-chuva, o senhor Lopes pode ligar certas probabilidades aos dois estados da natureza. Ele pode dizer, depois de examinar o céu: existem fortes possibilidades de chover. Através de métodos apropriados ou mesmo por uma simples questão, será possível obter do senhor Lopes uma estimacção mais precisa das possibilidades de chover: 70% por exemplo. Da mesma maneira o médico, do segundo exemplo pode dizer, depois dos exames feitos pelo doente, que este tem 80% de possibilidades de apresentar apenas um tumor benigno. O médico acaba de fazer uma estimacção de probabilidade a que chamaremos *juízo de probabilidade*.

O conceito de *utilidade* está ligado ao conceito de saída. No exemplo do médico, este pode ligar graus de gravidade e graus de risco, a cada uma das quatro saídas possíveis. A saída menos temível é evidentemente aquela que é definida pela opção "tratar quimicamente" e pelo estado da natureza "tumor benigno". Uma saída mais temível seria tratar quimicamente, sendo o tumor maligno (em vez de operar nos melhores prazos). No exemplo do aluno do 9º ano, a saída que pareceria a mais útil é definida pela opção "para a via vocacional" e pelo estado da natureza "ter sucesso". A menos útil é definida pela opção e estado alternativos. Embora seja admissível na linguagem corrente, atribuir números às possibilidades, é menos corrente preocuparmo-nos com o dar números às utilidades, a não ser um caso particular: aquele que implica a manipulação de dinheiro ou valores monetários. É fácil estimar o valor de uma nota de 1000\$00 mas a sua utilidade não é necessariamente o dobro da utilidade associada a uma nota de 500\$00. A estimacção das utilidades necessita geralmente do recurso a técnicas apropriadas. Esta estimacção é o produto do *juízo de utilidade*.

Os conceitos de utilidade e de probabilidade permitem enfim introduzir o conceito de *utilidade esperada*. Este con-

ceito está ligado ao conceito de opção. A utilidade esperada de uma opção resulta da soma das utilidades ligadas às consequências das saídas correspondentes, ponderadas pelas probabilidades ligadas aos estados da natureza. O significado deste conceito irá aclarar-se de seguida.

O MODELO DA UTILIDADE ESPERADA - APRESENTAÇÃO FUNCIONAL

É por meio de um esquema que se torna mais simples apresentar funcionalmente o modelo. Consideremos a figura 1 (Von Winterfeld & Edwards, 1987). O quadrado à esquerda é um ponto de decisão. Os dois traços que saem do quadrado representam as duas opções que se oferecem ao senhor Lopes (exemplo nº 1): levar o guarda-chuva, não levar o guarda-chuva. Os dois círculos são pontos de julgamento, julgamento ou probabilidade. Qual é a probabilidade de chover? (.70), e de não chover? (.30). Na extrema direita figuram os valores de utilidade (em que a escala é arbitrária). A utilidade máxima corresponde à saída definida pelas opções "não levar o guarda-chuva" e "não chove". Deslocar-se com bom tempo e de mãos livres é o que pode acontecer ao senhor Lopes. A utilidade mínima corresponde à saída definida pelas opções "não levar o guarda-chuva" e "chove". O que pode acontecer de mais desagradável ao senhor Lopes é ver-se completamente encharcado, o que representa um custo em limpeza, arriscando-se ainda a passar frio. A utilidade associada a tais consequências é zero. Uma utilidade negativa (-5 por exemplo) teria podido ser associada a tais consequências. As duas outras utilidades têm valores intermediários. O senhor Lopes prefere levar o seu guarda-chuva "para nada" mesmo que não chova (5), do que levar o guarda-chuva e chover (4). A utilidade esperada que pode estar ligada à opção "levar o guarda-chuva" calcula-se da seguinte maneira:

$$U. E. (\text{levar o guarda-chuva}) = (.70 \times 4) + (.30 \times 5) = 4,30$$

A utilidade esperada associada à opção "não levar o guarda-chuva" é de 3,00. Sendo esta mais fraca, o senhor Lopes tem interesse, tendo em conta as suas utilidades e as suas estimacções de possibilidades, em levar esta manhã o seu guarda-chuva.

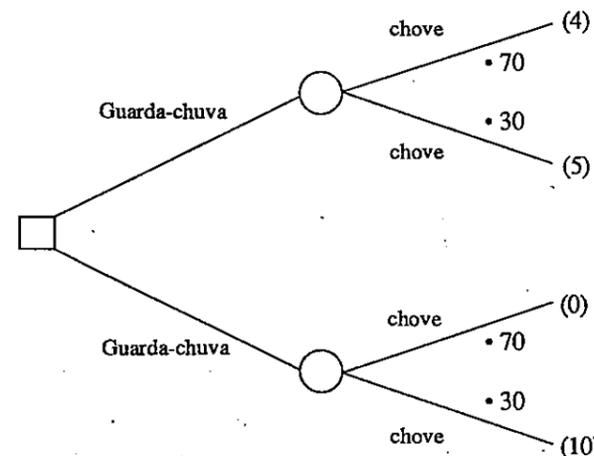


Figura 1 - Ilustração do modelo da utilidade esperada no caso do exemplo do guarda-chuva

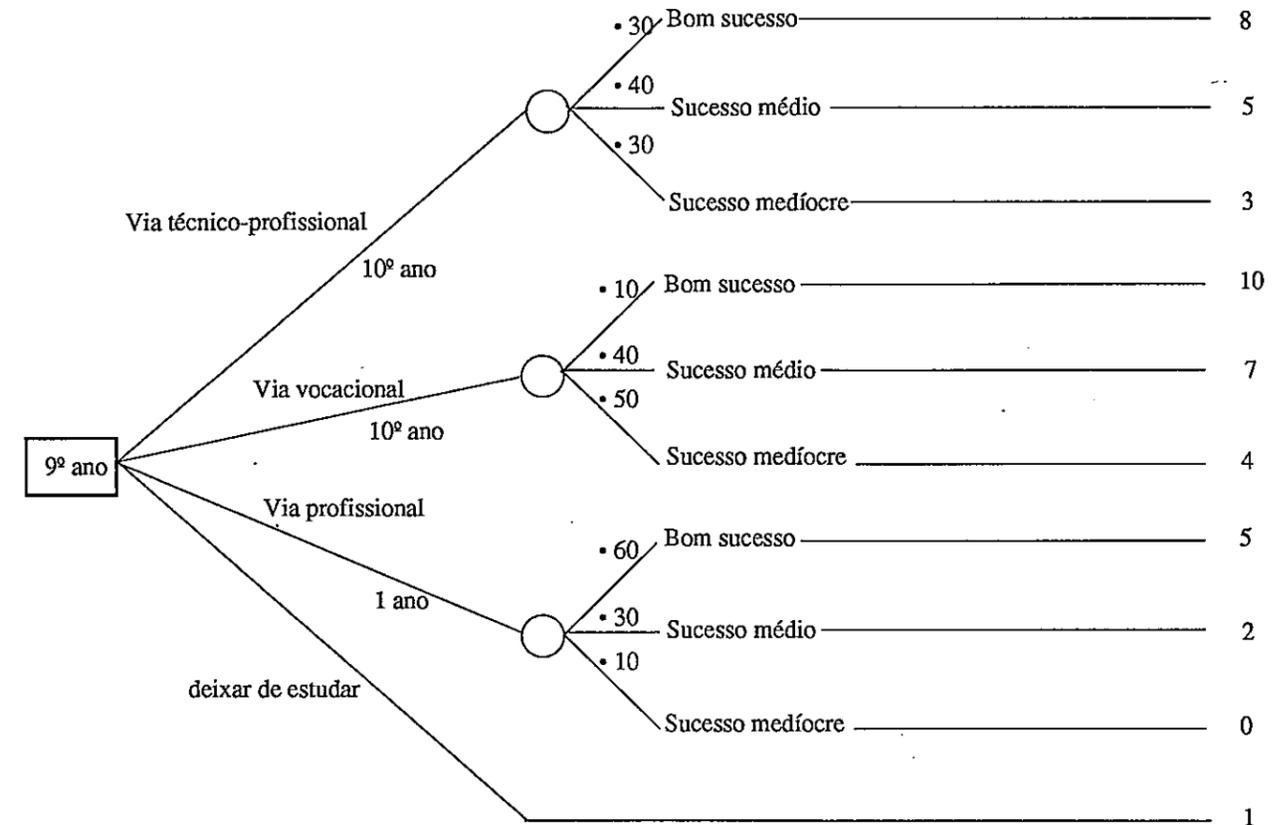


Figura 2 - Análise da decisão da situação de orientação depois do 9º ano para a aluna Margarida

O MODELO DA UTILIDADE ESPERADA, APLICADO À ANÁLISE DA DECISÃO DE ORIENTAÇÃO

O modelo é totalmente apropriado para a análise do problema de orientação colocado no terceiro exemplo. Consideremos a figura 2.

Tratando-se de orientação depois do 9º ano existem geralmente quatro opções: via técnico-profissional, via vocacional, via profissional, deixar de estudar. Podemos definir, tratando-se do sucesso escolar, três estados da natureza: bom sucesso (primeiro terço da classe), sucesso médio (segundo terço da classe), sucesso medíocre (último terço da classe).

Vimos que segundo o modelo, dois tipos de informação parecem necessárias para que seja feita uma opção com conhecimento de causa. O primeiro tipo de informação é aqui relativo às possibilidades de sucesso do aluno considerado. Esta informação pode ser apresentada sob a forma de uma escala de probabilidade, sendo a figura 3 um exemplo. Neste as probabilidades de sucesso que correspondem à opção vocacional são de 10% (bom sucesso), 40% (sucesso médio), 50% (sucesso medíocre). A soma das três probabilidades é 100%. As probabilidades de sucesso que correspondem à opção técnico-profissional são 30% (bom sucesso), 40% (sucesso médio), 30% (sucesso medíocre). É o conselheiro de orientação e os professores que parecem mais preparados para realizar os julgamentos de probabilidade requeridos para estabelecer uma tal escala (Reuchlin, 1974).

O segundo tipo de informação é aqui relativo às preferências do aluno, às utilidades que ele liga às diferentes saídas. Esta informação pode ser apresentada sob a forma de uma escala de utilidades, de que a figura dá um exemplo. Neste exemplo o aluno atribui uma utilidade máxima às consequências associadas à saída via vocacional e bom sucesso e uma utilidade mínima às consequências associadas à saída sucesso medíocre e via profissional.

Tal como as probabilidades de sucesso, as utilidades variam de um aluno para o outro. Aqui é o aluno que parece mais preparado para exprimir quais são as suas preferências. Tudo o que o conselheiro pode fazer é ajudá-lo a exprimi-las da melhor maneira.

O cálculo da utilidade esperada ligada a cada opção opera-se por uma combinação multiplicativa que somatiza as utilidades e probabilidades correspondentes.

$$U.E \text{ da opção "vocacional"} = .10 \times 10 + .40 \times 7 + .50 \times 4 = 5,8$$

$$U.E \text{ da opção "técnico-profissional"} = .30 \times 8 + .40 \times 5 + .30 \times 3 = 5,3$$

$$U. E. \text{ da opção "profissional"} = .60 \times 5 + .30 \times 2 + .10 \times 0 = 3,6$$

O aluno maximizaria então a sua utilidade optando pela via vocacional, e isto apesar da probabilidade de ter pelo menos

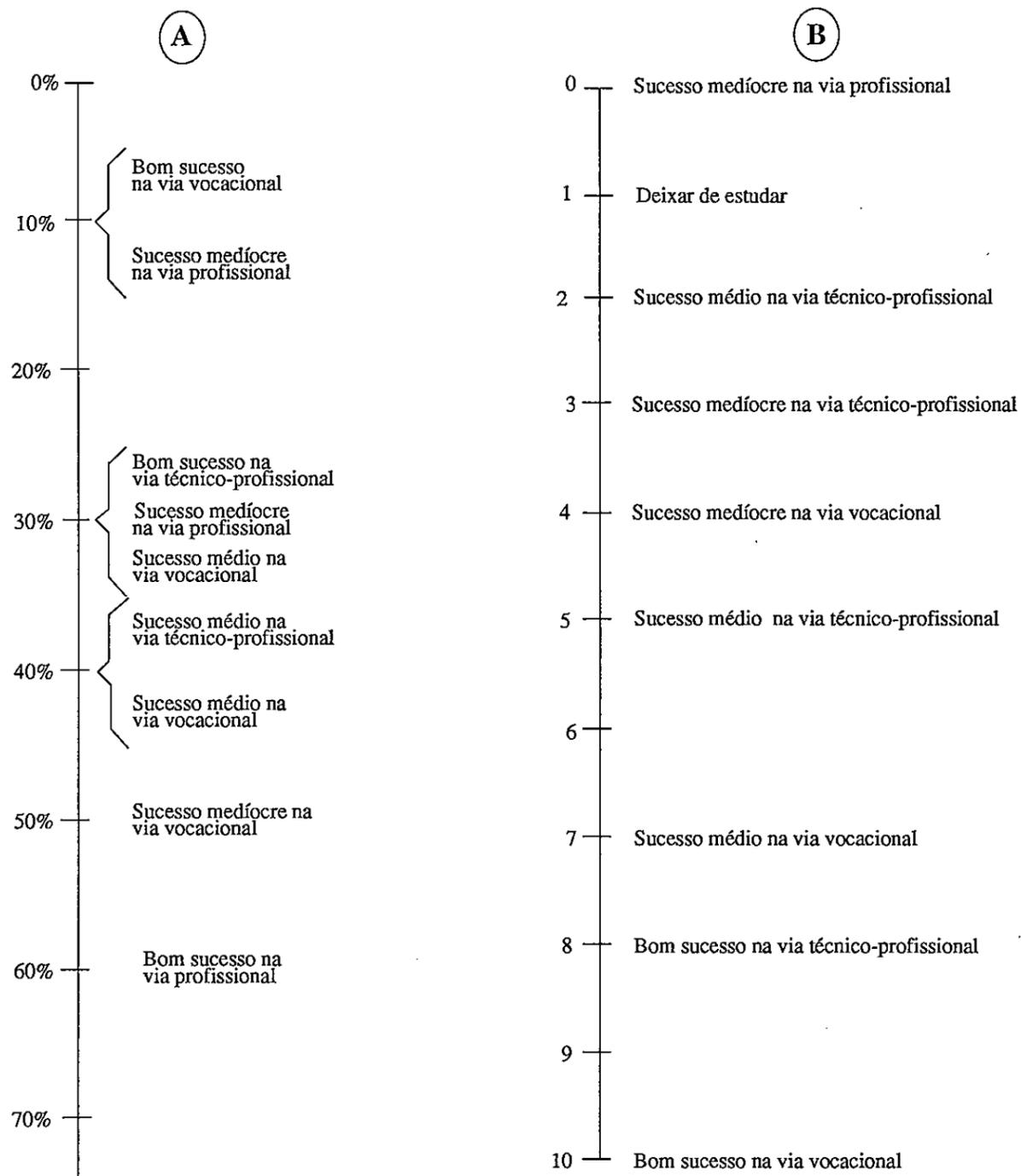


Figura 3 - Dois exemplos: A) de Escala de probabilidade, b) de Escala de utilidade

um sucesso médio ser só de .50 (.10+.40). A mesma análise pode ser feita sempre que se quiser. Feita com intervalos regulares ela permite pôr em evidência as evoluções nos julgamentos de probabilidade e utilidade, mais do que se nos contentássemos com uma simples impressão fugitiva ou com considerações relativas às opções.

É preciso ter em consideração que, no quadro dum tal modelo, as diferenças entre alunos podem situar-se a dois níveis. Dois alunos podem apresentar o mesmo perfil de utilidades mas um e outro optarem por soluções diferentes, tendo em conta as diferenças no seu perfil de possibilidades de

sucesso. Dois alunos podem apresentar o mesmo perfil de possibilidades de sucesso e optarem por soluções diferentes, tendo em conta as diferenças no seu perfil de utilidade.

A INTEGRAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

É preciso agora examinar mais de perto a noção de julgamento - julgamento de probabilidade, julgamento de utilidade.

Como e a partir de quê estabelecer os dois tipos de

escalas abordadas anteriormente? Tratando-se da escala de probabilidade (de sucesso), a maneira mais segura, a que melhor pareceria fundada cientificamente, consistiria em calcular os diferentes valores, as diferentes probabilidades a partir de estatísticas existentes, exprimindo a ligação entre tal e tal característica mais ou menos geral e o sucesso provável nas diversas vias (Reuchlin, 1973, p.9; Bacher, 1974).

Pelo contrário, tratando-se da escala de utilidade, nenhum critério exterior parece ser adequado. As utilidades são uma questão pessoal, familiar, social... Se são precisas normas, estas não se fundamentam necessariamente numa base científica, em estatísticas existentes... O recurso à subjectividade do aluno, de cada aluno, parece inevitável (Reuchlin, 1974).

No estado actual das coisas, não é senão através da integração subjectiva dos elementos de informação variados que poderão ser constituídas quer as escalas de utilidade quer as escalas de probabilidade de sucesso. Tratando-se destas últimas é pela integração subjectiva de dados tais como a idade do aluno, o sucesso actual nas diferentes matérias, os resultados nas provas estandardizadas, o nível médio da classe, da escola, a adaptação geral à escola... que o conselheiro poderá fazer uma ideia das possibilidades de sucesso num determinado ramo de ensino. A probabilidade não exprime aqui senão um sentimento de incerteza (Reuchlin, 1973, p.20) mais ou menos grande. Tratando-se das escalas de utilidade pode-se colocar a hipótese de que é pela integração subjectiva dum certo número de informações tais como o carácter mais ou menos prestigioso da carreira considerada (Huteau, 1972), a idade actual, o sexo, a situação material da família, a auto-estima, o sentido que quer dar à sua vida (Lemercier, 1983), o estado do mercado de emprego... que o aluno pode constituir a sua escala de utilidade. Nos dois casos, o problema tem a mesma forma, que está representada na figura 4 mostrando o que é o julgamento de probabilidade.

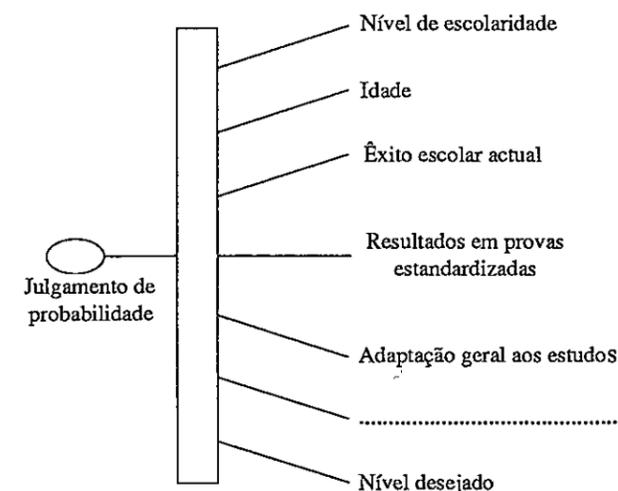


Figura 4 - Integração dos diversos elementos de informação para a emissão de um julgamento

O principal mérito deste esquema é, segundo o nosso ponto de vista, pôr em evidência as três ordens de condições

requeridas para que os julgamentos feitos sejam de algum valor. A primeira ordem de condições diz respeito à natureza e ao número dos elementos de informação que figuram à direita. É preciso que estes elementos sejam exactos, é preciso também que esteja presente o máximo de elementos importantes. A segunda ordem de condições diz respeito ao mecanismo de integração, representado aqui pelo rectângulo no centro do esquema. É preciso que a integração se realize de tal maneira que o peso dado a cada elemento de informação seja conforme à sua importância real para emitir o julgamento final. Não basta que no dossier do aluno, figure o nível global de sua classe ou os seus resultados em provas estandardizadas, para que esses elementos de informação tenham o seu "peso justo" ao longo da integração (Mullet, 1983). A terceira ordem de condições enfim diz respeito à emissão do julgamento. É preciso que o julgamento emitido, comunicado, seja adequado ao julgamento saído da integração.

Tratando-se sempre do julgamento de probabilidade e mais particularmente da tarefa de integração das informações que tem a ver mais directamente com os conselheiros e professores, é possível considerar alguns meios a pôr em obra para que estas condições sejam preenchidas. Mesmo a composição do dossier-tipo do aluno pode tornar-se uma ajuda apreciável para assegurar que todas as informações importantes disponíveis foram bem recolhidas. Há muita tendência, por exemplo, para dum professor ao outro, dum classe à outra, o sistema de notação não ser necessariamente o mesmo pelo que, uma informação como o nível de classe (ou o grau de severidade do professor) constitui, de facto, um elemento moderador que é importante ter em conta (Reuchlin, 1974). Pensaremos nisso tanto mais quanto essa indicação estiver presente no dossier.

A utilização de técnicas de agregação elementares tal como a técnica de agregação dos julgamentos de peritos (Mullet, Cuny, & Richardson, 1984) conduz geralmente a um melhoramento da qualidade dos julgamentos feitos.

A emissão de julgamentos de probabilidade adequados aos que resultam da integração supõe que o conselheiro esteja seguro de que o auditor está apto a tirar partido de tais julgamentos e supõe igualmente que esses julgamentos não podem prejudicar o interesse dos alunos em questão. Infelizmente nem sempre é o caso e ainda temos actualmente grande tendência a confundir, orientação e selecção.

Tratando-se do julgamento de utilidade, as condições são as mesmas. Importa que o aluno possa perspectivar, tendo em conta o máximo de aspectos, os diversos acontecimentos que podem surgir desde o sucesso brilhante na via vocacional até ao insucesso lamentável na via profissional.

O conselheiro deve levar cada aluno a alargar o campo de possibilidades (saídas) e alargar e estruturar o leque de aspectos, dimensões em relação às quais pode ser avaliada cada saída. O que é que implica ter sucesso medíocre na via vocacional: necessidade de reorientação?, perda de um ano?, evicção escolar?, peso para a família?, vergonha em relação a si próprio?, abandono da ideia de se tornar engenheiro?

Dentro destes mesmos aspectos, o que é que implica ter sucesso brilhante na via técnico-profissional? Tem que se imaginar técnicas que permitam uma tomada de consciência por cada aluno dos determinantes das suas preferências, das suas utilidades, das suas atitudes. O M/81 (Mullet & Neto, 1988) constitui o protótipo, podendo-se igualmente consultar

Huteau (1979).

Além disso, um meio simples para o aluno é consultá-lo para julgar a coerência das diversas estimativas de utilidade traçando um gráfico segundo o modelo de figura 5.

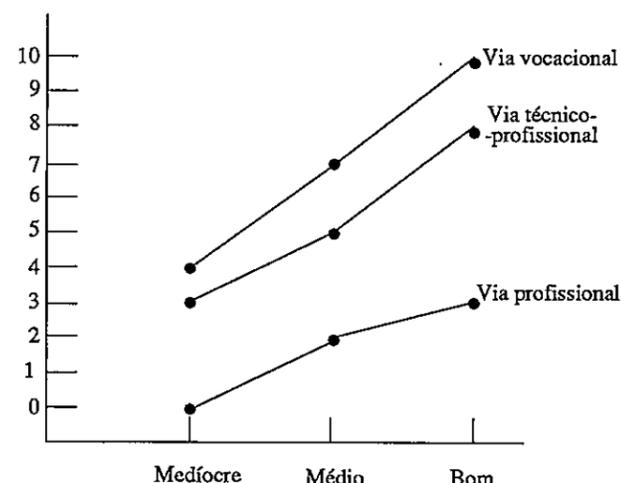


Figura 5 - Gráfico fornecido pelas nove utilidades associadas às três saídas

O gráfico do aluno que serve de suporte à nossa apresentação é fácil de interpretar, e isto constitui uma garantia (subjectiva) de coerência. A evolução no tempo (do início até ao fim do ano escolar) do padrão fornecido pelas três curvas é um elemento interessante a considerar. Para a interpretação dos gráficos pode-se consultar Mullet e Riquois (1989) e mais geralmente Anderson (1981).

É ainda possível perguntar em que medida, as modificações na escala de utilidades ou na escala de probabilidades são susceptíveis de afectar a ordem das utilidades esperadas. Proceda-se então àquilo a que se chama uma análise de sensibilidade (Von Winterfeldt & Edwards, 1987). Suponhamos que as estimativas de probabilidade de sucesso dos professores e dos conselheiros são muito optimistas, principalmente no que diz respeito ao sucesso na via vocacional e técnico-profissional. Um sucesso medíocre conduz à obtenção dos seguintes valores: .05, .30, .65 (via vocacional) e .15, .30, .55 (via técnico-profissional).

As utilidades esperadas das duas opções consideradas são então 5,2 e 4,35, sempre nitidamente superiores ao valor de 3,6 da opção via profissional e ao valor 1 da opção deixar de estudar. A escolha da via vocacional é neste caso relativamente robusta relativamente aos erros nas estimativas de probabilidade. Tal não é sempre assim. A função da análise de sensibilidade é de informar acerca dos pontos "sensíveis", frágeis, da análise. A análise permite delinear melhor o domínio da validade de cada uma das decisões tomadas. Um programa, facilitando uma tal análise e sendo utilizável no quadro escolar, pode facilmente ser elaborado.

UMA CLASSIFICAÇÃO DAS TÉCNICAS

É possível, tendo por base o que foi dito anteriormente,

propôr uma classificação das técnicas próprias ao conselheiro de orientação e este pode levar ou poderia levar a que as decisões tomadas fossem feitas, senão de uma forma inteiramente racional, pelo menos de maneira explícita (Reuchlin, 1974).

Esta classificação assenta numa dupla distinção. A primeira distinção retoma a oposição entre julgamento de probabilidade - domínio próprio dos professores e conselheiros de orientação - e julgamento de utilidade - domínio próprio do aluno e sua família e ainda a sua passagem a decisão, domínio comum, para o qual as regras de composição devem ser editadas (os textos regulamentares).

A segunda distinção opõe o que resulta da interpretação das informações e o que resulta da sua pesquisa. Esta classificação comporta 6 categorias (quadro 1). A primeira categoria reagrupa as técnicas que visam favorecer o alargamento do leque das opções consideradas pelo aluno. Exemplos: as sessões colectivas de "sensibilização", as brochuras que descrevem as diferentes vias...

	Recolha das informações	Integração das informações
Decisão	1	6
Julgamento de probabilidade	2	5
Julgamento de utilidade	3	4

Quadro 1 - Classificação das técnicas utilizadas pelos conselheiros

A segunda categoria reagrupa as técnicas cujo objectivo é de fornecer indicações fiéis que podem servir de base para a estimativa das possibilidades de sucesso. Exemplo: as provas de desenvolvimento cognitivo, as provas pedagógicas estandardizadas (de forma diferente das composições tradicionais...)

A terceira categoria reagrupa as técnicas que visam favorecer em cada aluno o alargamento do leque dos aspectos (atributos) com os quais são consideradas as saídas. Exemplos: certas grelhas de análise como as que são propostas por Janis e Mann (1977, p. 407). Pode-se igualmente colocar nesta categoria, as técnicas que visam permitir ao aluno tomar consciência dos pontos fortes e dos pontos fracos do seu sistema de informação. Exemplo: o programa Sócrates (Mullet & Neto, 1988).

A quarta categoria reagrupa as técnicas que visam favorecer no aluno uma boa integração dos elementos de informação com os quais fundamenta as suas preferências. Exemplo: uma entrevista individual (ao longo da qual as vantagens e inconvenientes de tal ou tal saída seriam discutidos, pesados, comparados), o programa M.A.D.O. (Gosling & Mullet, 1988).

A quinta categoria reagrupa as técnicas que visam favorecer nos conselheiros uma boa integração dos elementos

de informação com os quais eles fundamentam as estimativas das possibilidades de sucesso. Exemplos: uma equação de regressão linear múltipla-simples (Mullet, 1982), ou ainda a agregação dos julgamentos dos peritos (Mullet, Cuny & Richardson, 1984).

A sexta e última categoria reagrupa as técnicas que visam favorecer a tomada da melhor decisão pela integração dos aspectos de valor (igualmente fortes) e dos aspectos probabilísticos da situação. Exemplo: o modelo que acaba de ser referido, a análise de sensibilidade (cf., Von Winterfeldt & Edwards, 1987). Uma grande vantagem deste tipo de técnica é permitir a cada protagonista a orientação da tomada de consciência das suas responsabilidades e dos limites destas. Os professores não devem de forma alguma substituir os seus próprios valores pelos dos alunos. Os alunos (e os seus pais) são pelo contrário geralmente muito maus estimadores das probabilidades de sucesso. Há uma complementaridade estrita entre os dois tipos de abordagem e não oposição.

Não pretendemos ser exaustivos; cada categoria foi ilustrada por algumas técnicas, cada uma compreendendo outras. O que é importante ter em consideração é que a classificação proposta, induzida pelo modelo, é uma classificação em termos de objectivos e esses objectivos são totalmente interdependentes. Técnicas aparentemente distantes umas das outras como o julgamento clínico e uma equação de regressão preenchem, no quadro aqui proposto, o mesmo objectivo: realizar uma integração dos dados de informação. Técnicas aparentemente próximas uma da outra como as provas estandardizadas de desenvolvimento cognitivo e as provas estandardizadas de interesses têm objectivos diferentes e umas são classificadas na categoria 2 do quadro 1 e as outras na 3. Se tentar completar os casos deste quadro com técnicas que lhe são familiares, o leitor verá provavelmente a dificuldade que há em preencher as casas da direita, aquelas que dizem respeito à integração dos elementos. É com efeito neste domínio que presentemente nos encontramos, não realmente desprovidos, mas em todo o caso menos informados. Há aqui um esforço particularmente forte a fazer por parte dos investigadores, como sublinha Huteau (1982, p. 123).

O MODELO DA UTILIDADE ESPERADA E A EVOLUÇÃO DAS PRÁTICAS

A análise dos problemas de orientação nos termos do modelo da Utilidade Esperada fornece uma abordagem nova à necessária reflexão sobre a evolução no tempo das práticas dos conselheiros.

Parece que até metade dos anos sessenta, e em França pelo menos, a principal preocupação dos conselheiros foi a de realizar estimativas fortes das aptidões dos alunos (Huteau & Lautrey, 1979) com o objectivo de realizar prognósticos verosímeis de adaptação a tal ou tal tipo de formação. Nos termos desse modelo, por consequência, a prática dos conselheiros parecia voltada para a solução do problema que coloca a formulação de julgamentos de probabilidade. Os instrumentos utilizados nesta época eram principalmente as provas estandardizadas de desenvolvimento cognitivo ou de desenvolvimento psico-motor. Se não fossem ignorados, os problemas ligados às utilidades dos alunos retinham pouco a atenção apesar dos esforços pioneiros.

A partir do primeiro terço dos anos sessenta desenha-se a evolução que vai conduzir à situação actual. O interesse atribuído às utilidades, à sua evolução e expressão, vai crescendo e por conseguinte, os problemas ligados à qualidade dos prognósticos de sucesso parecem, aos olhos de muitos, problemas ultrapassados. A utilização dos questionários de interesses expande-se, a das provas de desenvolvimento cognitivo cresce (Huteau & Mullet, 1987). Assiste-se à emergência de técnicas de ajuda para a elaboração de projectos que conhecem rapidamente uma grande vaga. Fazer passar testes torna-se uma coisa de pouco à vontade, sinónimo de atraso; a informação é o progresso.

Se o modelo que apresentamos não permite dizer qual será o futuro das práticas, pode no entanto esclarecer-nos acerca do que poderia ser uma evolução desejável. Assim, na incerteza, não se pode escolher a opção apenas com base nas preferências, independentemente das possibilidades de sucesso. Também não se pode escolher uma opção apenas com base nas possibilidades de sucesso, independentemente das preferências. As técnicas que favorecem a expressão, a evolução, o amadurecimento das preferências, por importantes que sejam não podem representar senão uma parte da actividade do conselheiro: a de ajuda no julgamento de utilidade (Larcebeau, 1973, p. 55). As técnicas que permitem construir prognósticos de sucesso representam uma outra parte da actividade do conselheiro: a de ajuda no julgamento de probabilidades. Estes dois conjuntos de técnicas não devem ser vistos como simplesmente justapostos, intermutáveis ou pior, contraditórios. Julgamento de probabilidade e julgamento de utilidade não se sobrepõem, interagem. Um sem o outro, são de pouco uso. É a sua interacção que permite conhecer a opção que convém reter (Reuchlin, 1972, p. 17). Realizar esta interacção nas melhores condições tem a ver com a ajuda na decisão (aspecto futuro da actividade dos conselheiros ?).

REFERÊNCIAS

- Anderson, N. H. (1981). *Foundation of information integration theory*. New York: Academic Press.
- Bacher, F. (1974). Orientation différentielle et aptitudes au niveau du second cycle secondaire. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 3, 295-313.
- Bernoulli, D. (1738). Specimen theoriae novae de mensura sortis. *Commentarii Academiae Scientiarum Imperiales Petropolitanae*, 5, 175-192.
- Forner, Y. & Mullet, E. (1988). Informatique et orientation. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 17, 209-232.
- Gosling, P. & Mullet, E. (1988). *Le logiciel M.A.D.O: module d'aide à la décision d'orientation*. Paris: Service de Recherches de l'INETOP.
- Huteau, M. & Lautrey, J. (1979). Les origines du mouvement d'orientation. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 8, 3-43.
- Huteau, M. & Mullet, E. (1987). Les activités des centres d'information et d'orientation: publics, partenaires, méthodes. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 16, 231-247.
- Huteau, M. (1972). Le prestige des professions. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 1, 51-67.
- Huteau, M. (1979). L'évolution des critères de catégorisation des métiers. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 8, 325-347.

- Huteau, M. (1982). Les mécanismes psychologiques de l'évolution des attitudes et des préférences vis-à-vis des activités professionnelles. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 11, 107-127.
- Huteau, M. (1983). L'évolution de l'orientation en France. In D. Pelletier & R. Bujold (Eds.), *Pour une approche éducative en orientation*. Chicoutimi: G. Morin.
- Janis, J.L. & Mann L. (1977). *Decision making. A psychological analysis of conflict, choice and commitment*. New York: The Free Press.
- Larcebeau, S. (1973). Intérêts, orientation et réussite scolaire. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 2, 45-61.
- Lemercier, D. (1983). Communication personnelle.
- Mullet, E. (1982). Régression et aide au jugement. *Revue de Psychologie Appliquée*, 32, 227-246.
- Mullet, E. (1983). Analyse multivariée des jugements d'un expert singulier. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 12, 27-49.
- Mullet, E. (1983). L'agrégation des informations psychométriques dans une tâche de jugement. *Le Travail Humain*, 46, 327-340.
- Mullet, E., Cuny, X. & Richardson, J. (1984). L'agrégation des opinions en milieu industriel: l'exemple du contrôle de qualité. *Le Travail Humain*, 47, 317-327.
- Mullet, E. & Neto, F. (1988). Determinants of occupational preferences in portuguese high school students. *Applied Psychology: An International Review*, 37 (4), 365-379.
- Mullet, E. & Neto, F. (1988). *Tomada de consciência dos determinantes das preferências profissionais: Teoria e método*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Mullet, E. & Riquois, R. (1989). Job attractiveness, information integration and attitude change. *Interdisciplinaria* (to appear).
- Reuchlin, M. (1972). L'orientation et les sciences humaines. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 1, 7-21.
- Reuchlin, M. (1973). Probabilités et orientation. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 2, 7-31.
- Reuchlin, M. (1974). Les nouvelles procédures d'orientation dans l'enseignement du second degré: le rôle du conseiller d'orientation dans l'observation. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 3, 175-195.
- Von Winterfeld, D. & Edwards, W. (1987). *Behavioral decision theory*. Cambridge: Cambridge University Press.

ABSTRACT

DECISION THEORY AND SCHOOL PROJECTS

The authors present a formal decision model, the model of

Expected Utility (E.U.) that they illustrate with some situations of daily or professional life where people have to take some decisions. Orientation decision in the 9th year of scolarity is analysed in detail. The concepts used in this model are defined: option, state of the nature, probability and probability judgment, utility and utility judgement. The authors showed how these concepts are related and how the concepts of utility and probability introduce the concept of expected utility. The presentation of the model is made through a scheme which is applied to orientation decision analysis. The notion of judgement that contains the probability judgement and the utility judgement is examined in particular. In this way, the roles of the counselors and teachers, responsables for the probability judgement, and the roles of pupils, responsables for the utility judgement, in the orientation decision-making as well as the procedures for integrating these various types of information, are enhanced.

The authors also present a classification of the technics adequate to the counselor practice. Finally, they refer the evolution of these practices and the inclusion of the E.U. model in that evolution.

RÉSUMÉ

THÉORIE DE LA DÉCISION ET PROJETS DE SCOLARITÉ

Les auteurs présentent un modèle formel de décision, le modèle de l'Utilité Attendue (U. A.) qui illustrent avec des situations de la vie quotidienne ou professionnelle où il faut prendre quelques décisions. Ils analysent en détail la situation de décision d'orientation dans la 9ème année de scolarité. Les concepts de ce modèle sont définis: option, état de la nature, probabilité et jugement de probabilité, utilité et jugement de utilité. Il est montré la façon dont les concepts sont en relation et comment les concepts d'utilité et probabilité permettent d'introduire le concept d'utilité attendue. On fait la présentation fonctionnelle du modèle avec un schéma en l'appliquant ensuite au cas concret de l'analyse de la décision d'orientation. La notion de jugement englobant le jugement de probabilité et le jugement d'utilité est examinée plus particulièrement. À ce propos sont mis en évidence les rôles des conseillers d'orientation et des professeurs, responsables par le jugement de probabilité, et des élèves, responsables par le jugement d'utilité, dans la prise de décision d'orientation ainsi que la façon de procéder à l'intégration de ces divers types d'information.

Les auteurs présentent encore une proposition de classement des techniques de la pratique des conseillers d'orientation. Enfin, il est mentionné l'évolution dans le temps de ces pratiques et l'insertion de ce modèle de l'U. A. dans cette évolution.

O EFEITO PLACEBO

ELISARDO BECOÑA (*)

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

O placebo e o efeito placebo foram introduzidos na Psicologia, a partir de 1956 por Rosenthal e Frank. Neste artigo começamos por apresentar uma pequena revisão histórica da origem destes termos em Medicina e como são entendidos actualmente em Psicologia. Presta-se especial atenção às definições psicológicas do efeito placebo e à interpretação deste termo por diferentes autores, diferenciando as concepções denotativas e conotativas. Finalmente apresentam-se as conclusões e as perspectivas futuras dos termos placebo e efeito placebo a partir do conhecimento actual que temos desse fenómeno.

INTRODUÇÃO

O conceito de efeito placebo ou simplesmente de placebo (P), provocou diversas opiniões, controvérsias e diferentes tomadas de posição ao longo da história. No entanto, considera-se como recente a sua introdução no âmbito das terapias psicológicas, assinalando-se como ponto de referência os trabalhos de Rosenthal e Frank (1956).

É frequente encontrar opiniões como a de Borkovec (1985) que refere o seguinte:

para mim o efeito placebo representa uma dessas assombrosas realidades que no meu ponto de vista pessimista indica o pouco que conhecemos sobre a conduta humana (p. 59)

realçando ainda que o placebo

é um conceito baseado na ignorância (p.60)

pelo que propõe a sua eliminação.

Contudo, e apesar dessa visão pessimista de Borkovec o interesse actual pelo placebo e pelo efeito placebo é muito grande, como aparece reflectido quer no grande número de trabalhos que aparecem sobre o tema, quer pelas diferentes tentativas de operacionalizar este conceito.

São várias as razões que, na minha opinião, determinam e justificam o interesse actual pelo placebo.

Em primeiro lugar, apresenta-se como um termo necessário se tivermos em conta, por um lado, a existência de importantes lacunas teóricas em relação à eficácia dos tratamentos psicológicos e, por outro lado, constata-se frequentemente, que a eficácia desses tratamentos pode dever-se, em alguns casos, a factores não específicos ou não especificados.

Uma segunda razão pode ter origem nos diferentes

estudos que, através da utilização da técnica de meta-análise, questionaram a maior eficácia das terapias psicológicas (em geral) em relação a intervenções não específicas ou de placebo (cf. Prioleau, Murdock & Brody, 1983). Ao comparar os efeitos das terapias psicológicas com os conseguidos em grupos de tratamento não específico tem-se constatado, clara e frequentemente, que no grupo placebo se obtinham resultados positivos. Não se sabe o que é mas "funciona" segundo as palavras de Paul (1966) e funciona num grau semelhante ao de algumas psicoterapias.

Finalmente, e talvez seja esta a razão fundamental, é que, conhecer em que consistirá essa realidade do placebo, isto é o seu funcionamento, o modo como actua, possibilitaria aumentar a eficácia da técnica que aplicamos ou, como alternativa, chegar a uma conclusão - embora poucos terapeutas a aceitem - de que os tratamentos psicológicos que aplicamos não têm efeitos específicos por si mesmos, ou seja, são meros placebos.

ORIGEM DO TERMO PLACEBO

Para Shapiro e Morris (1978) a história do placebo começa com a bíblia hebraica (note-se que, curiosamente Shapiro escreveu este artigo quando se encontrava na Monte Sinai School of Medicine). Aqui aparece a palavra *Ethalech*, que foi traduzida para latim como placebo. A palavra placebo derivou do verbo *Placere* que significa agradar. O salmo onde aparece pela primeira vez esta palavra diz o seguinte:

Placebo Domino in regione vivorum" ("Agradarei ao Senhor na região dos vivos", Salmos, 114, 9, Vulgata) (Bayés, 1984, p. 162).

Foi no século XII que esta palavra entrou na língua inglesa para indicar os momentos que antecedem a morte, um costume que, no entanto, não persistiu e que hoje em dia está pouco claro. No século XIV as suas conotações são negativas e eram utilizadas para descrever um humilde adulator ou um parasita. Este uso deriva do menosprezo pelas carpideiras profissionais que eram pagas para "cantar placebos" nos funerais, um papel originalmente atribuído à família (Shapiro & Morris, 1978).

A utilização da palavra placebo em medicina aparece no

(*) Professor Titular de Técnicas Terapêuticas del Comportamiento. Universidad de Santiago de Compostela. Departamento de Psicología Clínica y Psicobiología.

A correspondência para este artigo deverá ser dirigida, para Elisardo Becoña, Universidad de Santiago de Compostela, Departamento de Psicología Clínica y Psicobiología, 15705 Santiago de Compostela, Galicia.

Tradução: João Guedes Barbosa.